

DICIONÁRIO TRILÍNGUE DO MERCOSUL: UM NOVO GESTO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO LINGUÍSTICO⁶⁶

Daiana Marques Sobrosa⁶⁷

RESUMO

Ao ser criado, em 1991, as línguas oficiais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) eram as línguas portuguesa e espanhola. Mas em 2006, com a Decisão nº 35 do Conselho do Mercado Comum, a hegemonia das duas línguas é afetada pela oficialização do guarani como, também, uma das línguas do Mercosul. Esta oficialização acaba, de certa maneira, por ampliar o espaço de circulação da língua, que sempre esteve restrita ao meio rural, ao folclore e aos contextos informais. Tem-se, assim, em 2011, fruto do trabalho de uma equipe da Universidade Católica de Assunção, a criação do Dicionário Trilíngue do Mercosul, em português, espanhol e guarani. Este artigo tem por propósito analisar o prefácio do dicionário em questão, buscando identificar atitudes que o coloquem na condição de uma nova produção de conhecimento linguístico, a partir do gesto de igualar em status as três línguas. Para isso, faz-se, antes de tudo, uma breve historicização do Guarani no contexto do Paraguai e do Mercosul e, logo, parte-se para a análise de trechos do prefácio do Dicionário Trilíngue.

Palavras Chave: Dicionário Trilíngue do MERCOSUL; guarani; MERCOSUL; produção de conhecimento linguístico.

1. Considerações Iniciais

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é criado em 26 de março de 1991, a partir do Tratado de Assunção, firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Dentro do contexto da globalização das relações econômicas, o MERCOSUL surge com o objetivo de fortalecer a economia regional, propiciando a livre mobilidade de bens, serviços e fatores de produção. (Magnoli, 1995)

Em seu princípio, o Conselho do Mercado Comum do Sul, formado por membros dos quatro países integrantes, instituiu como línguas oficiais do bloco, a língua portuguesa e a língua espanhola, como consta o artigo 17 do Tratado de Assunção:

ARTIGO 17

Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião. (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991, p. 05)

O que deixa claro, conforme Guimarães (2002) a relação desigual entre as línguas, uma vez que foram escolhidas como línguas oficiais, a portuguesa e a espanhola, em detrimento das várias línguas indígenas faladas na América Latina, por exemplo. Ressaltando, de acordo com o autor, que os espaços de enunciação são espaços distribuídos desigualmente e marcados pela disputa pela palavra.

⁶⁶ Artigo elaborado para disciplina do Mestrado em Letras- Estudos Linguísticos, intitulada Língua e Conhecimento Linguístico, ministrada pela Prof. Dr^a. Eliana Rosa Sturza.

⁶⁷ PPGL- UFSM, mestranda na área de Estudos Linguísticos, bolsista CNPq. E-mail: daianamsobrosa@hotmail.com

No entanto, com a Decisão número 35 de 2006, tomada pelo Conselho do Mercado Comum do Sul, formado por representantes dos quatro países-membros, o espaço de circulação do português e do espanhol no MERCOSUL passa a ser dividido com o guarani, que se torna também uma das línguas oficiais do bloco, após ser considerado em 1992, ao lado do espanhol, como uma das línguas oficiais do Estado Paraguai.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE: Art. 1 – Incorporar o Guarani como um dos idiomas do MERCOSUL. (DECISÃO 35/06, 2006, p.01)

Percebe-se claramente, portanto, a existência de dois diferentes enunciados materializados na textualidade dos documentos, um enunciado primeiro (do Tratado de Assunção), que silencia a língua guarani e as outras línguas indígenas e, um segundo (da decisão 35/2006), que tenta romper com tal condição, conferindo a esta língua o status de língua oficial.

Com a oficialização do guarani no MERCOSUL, resultado, em grande parte, dos discursos reivindicatórios que visam preservar e promover a língua, cria-se um novo espaço para a circulação da língua guarani, bem como (aparentemente) um novo gesto perante ela, marcado pela produção de conhecimento sobre a língua, e um exemplo disto é o Dicionário Trilíngue do Mercosul. Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar o prefácio desse dicionário, buscando verificar como este instrumento linguístico marcaria este novo gesto de produção de conhecimento dentro da história das ideias linguísticas.

Para isso, o trabalho está organizado da seguinte maneira: no referencial teórico, encontram-se os conceitos-chave a partir das perspectivas teóricas que norteiam este trabalho. Sequencialmente, parte-se para a apresentação do corpus e para a proposta de análise. Ao final, faz-se algumas considerações a partir do que foi desenvolvido.

2. Algumas considerações quanto ao dispositivo teórico-analítico

Tendo em vista que o campo da História das Ideias Linguísticas (HIL) está em constante diálogo com a Análise de Discurso (AD) e com os Estudos Enunciativos, tomam-se alguns conceitos de ambas as teorias com o propósito de fundamentar o dispositivo teórico do presente trabalho. Dentro da AD serão trabalhados os conceitos de “silenciamento” e “silêncio”, pois são considerados os mais adequados e profícuos ao objetivo proposto. Sob a perspectiva dos Estudos Enunciativos, far-se-á uso dos conceitos de “língua”, de “enunciação”, de “político” e de “espaço de enunciação”.

Obviamente que sendo o dicionário um instrumento linguístico, não se poderia esquecer deste conceito. Segundo Aroux (1992), os instrumentos linguísticos são resultados do processo de gramatização, isto é, processo pelo qual se busca descrever uma língua na base de uma

gramática e de um dicionário, considerados como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento metalinguístico. Nesse sentido, o dicionário é, portanto, um instrumento que produz um conhecimento na/sobre a(s) língua(s).

Como “silêncio” entende-se ser o resultado de uma política de silenciamento. De acordo com Orlandi (2007) este silêncio se constitui pelo fato de que para dizer é preciso não dizer. Assim, quando mencionado que o discurso do Tratado de Assunção silencia a língua guarani, assim como as demais línguas indígenas, o diz-se porque em tal discurso este “não dizer” significa algo, significa que a língua guarani não tem o mesmo status das línguas portuguesa e espanhola, significa que é uma língua que não está associada à produção de conhecimento, que está associada aos contextos informal, íntimo, folclórico, ao meio rural, etc. (ALCALÁ-RODRÍGUEZ, 2001).

Na área dos estudos enunciativos, a atenção é centrada primeiramente à definição de espaço de enunciação, considerado aqui, conforme “Semântica do Acontecimento” de Eduardo Guimarães, como um espaço de funcionamento de línguas, espaço político configurado por sujeitos falantes; “político” porque neste contexto as línguas estão constantemente em disputa, “se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam”. (GUIMARÃES, 2002, p. 18). O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido de que o político é algo inerente da divisão que afeta a linguagem, de acordo com Guimarães (2002), o político é caracterizado por uma contradição, explicada no fragmento a seguir:

Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (GUIMARÃES, 2002, p. 17)

Mas só há espaço de enunciação porque este espaço está constituído na relação entre a língua e o falante, pois, conforme o autor, só existem falantes porque existem línguas e só existem línguas porque existem falantes. Porém estes falantes não são indivíduos, unos, indivisíveis, que simplesmente falam uma ou outra língua, são pessoas determinadas pelas línguas que falam, “são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2002, p.18), o espaço de enunciação.

Sendo assim, quando se fala em língua(s), não se fala nela pensando em “objetos abstratos que um conjunto de pessoas em algum momento decide usar”. (GUIMARÃES, 2003, p. 48) Ao contrário, pensa-se nela enquanto objetos históricos, políticos e sociais, em toda a complexidade de relações que este conceito abarca, pois elas estão sempre relacionadas inseparavelmente dos sujeitos que as falam. O sujeito só se constitui na/pela língua, ou seja,

quando enuncia. E, assim, colocando a língua em funcionamento, tem-se a enunciação.

Definidas as abordagens que norteiam os conceitos-chave trabalhados neste artigo, passa-se agora a uma breve historicização do guarani no contexto do Paraguai e do Mercosul e, mais adiante, à apresentação e análise do corpus.

3. O Guarani no Paraguai e no MERCOSUL

Levando em conta que “todo conhecimento é uma realidade histórica” (Auroux, 1992, p. 11), para, de fato, entender-se como o Dicionário Trilíngue do Mercosul constitui um novo gesto de produção de conhecimento linguístico e se, de fato, ele constitui esse novo gesto, deve-se explorar o que aconteceu, de relevante, historicamente antes de sua configuração, pois se esquece, muitas vezes, que o dicionário é, antes de tudo, um objeto que configura um saber construído sócio-historicamente e, sendo assim, este tem um horizonte de retrospectção e um horizonte de projeção, de acordo com Auroux:

(...) o ato de saber, possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectção, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado, como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro, sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, p. 11)

Conforme Alcalá-Rodríguez (2001) o guarani, no Paraguai, está marcado fortemente por duas características que tornam este país um contexto bilíngue muito particular em relação a outros contextos da América Latina. Uma delas é a manutenção da língua e a outra é a reivindicação desta. De acordo com a autora, o guarani é falado por 90% da população paraguaia, mas esteve sempre marcado pelo estigma de sua origem, considerada “indesejável”. Muitas vezes, inclusive, foi considerado o “inimigo do progresso cultural dos paraguaios”.

Ainda segundo a autora, a situação só começou a ser modificada a partir da virada do século XX, mas, ainda assim, a língua não deixou de ser estigmatizada, uma vez que, sempre foi associada à informalidade, ao discurso coloquial, íntimo, cotidiano e ao discurso do meio rural. Sobre o uso do guarani no espaço público, Alcalá-Rodríguez (2001) afirma:

O guarani está presente no espaço público da cidade (“sujeito à observação pública” no interior da geografia urbana) e na escrita, mas não necessariamente vinculado à produção de sentidos públicos (relativos ao “bem público”, ao aparelho do Estado), mas sim como produção ou citação de sentidos privados (coloquiais, informais, familiares) e/ou do campo (“conteúdos” ligados à realidade camponesa, ao folclore, etc.). (ALCALÁ-RODRÍGUEZ, 2001, p.03)

Dessa forma, o guarani restringiu-se à característica de língua das relações interpessoais,

enquanto que o português e o espanhol caracterizaram-se como línguas de pessoas letradas, línguas de produção de conhecimento e de produção de sentidos públicos dentro do espaço de enunciação do MERCOSUL.⁶⁸

Conforme Alcalá-Rodríguez (2001) já há algumas décadas predomina um discurso de reivindicação do guarani que objetiva preservar e promover a língua. Tal discurso teve origem, justamente, na virada do século XX, caracterizado pelo forte tom de apologia e pela exaltação de características particulares da língua, que lhe atribuem uma função relevante na constituição de uma identidade nacional ao Paraguai.

Adotado, principal e primeiramente, pelos falantes comuns, o tom reivindicatório se estendeu, depois, aos contextos oficiais, o governo, culminado em uma política de “promoção” da língua, acentuada na ditadura do Gal. Alfredo Stroessner (1954-1989) quando o guarani foi incluído no currículo de algumas escolas e da Universidade e foi reconhecido como língua nacional na Constituição de 1967.

Esses primeiros acontecimentos, abriram espaço, segundo a autora, à reforma educacional que previa a alfabetização em guarani em todas as escolas, à criação de cursos de pós-graduação e ao reconhecimento do guarani como língua oficial do estado na última constituição de 1992. E atualmente, pode-se dizer, à oficialização como uma das línguas do MERCOSUL, fruto do trabalho reivindicatório de representantes do país no Conselho do Mercado Comum do Sul.

Após tornar-se língua oficial, primeiramente no Paraguai e depois no MERCOSUL, uma equipe da Universidade Católica de Assunção decide criar um dicionário nas três línguas oficiais do bloco, nasce, então, o Dicionário Trilingue do MERCOSUL.

4. O Dicionário Trilingue do MERCOSUL: uma proposta de análise

Como já mencionado, será analisado o prefácio, texto de apresentação do Dicionário, intitulado “Diálogo de três línguas”, de autoria de Bartomeu Melià. É importante mencionar que o texto aparece nas três línguas, português, espanhol e guarani. Na sequência, encontra-se o texto de introdução, que descreve como está organizado o dicionário, porém nos deteremos, aqui, apenas no prefácio da obra.

Segundo Dias e Bezerra (2006), os primeiros dicionários foram criados no século XVI. Anteriormente, na antiguidade clássica, destacava-se a elaboração de listas de palavras, que posteriormente deram origem aos glossários na Idade Média. Segundo os autores, o dicionário, como um instrumento linguístico, possui uma função pedagógica, no entanto, ele mobiliza um imaginário de completude e sustenta uma legitimidade do saber sobre a significação. Dessa

⁶⁸ Ideias oriundas de anotações da disciplina.

maneira, nele se inscreve uma a relação dos falantes com a língua, sendo esta uma relação historicamente sustentada. Como veremos.

Destacam-se, nesta proposta de análise, três atitudes que marcam a enunciação do autor no prefácio: a tentativa de igualar em status a língua guarani às línguas portuguesa e espanhola, o reconhecimento à cultura e ao povo guarani e a afirmação da condição inovadora do dicionário. Procedemos à observação de trechos do prefácio.

1- (...) *O Mercosul é trilingue, e esta situação se traduz em trato e contrato entre as suas três línguas nacionais.* (Melià, 2011, p. xvi)

2- (...) *Um dicionário trilingue guarani, castelhano e português como este, leva-nos a um ponto de convergência e reciprocidade, no qual cada um é mais si mesmo quando mais aberto estiver aos outros.* (Melià, 2011, p. xvi)

3- (...) *O guarani está saindo da situação de discriminação e marginalização e aspira ser uma língua da rua, da praça, da casa, da oficina e do escritório, do jogo e da disputa, do comércio e da política* (...) (Melià, 2011, p. xv e xvi)

Em (1), o autor afirma que o Mercosul é trilingue oficialmente e nacionalmente, o “oficial” está representado na palavra “contrato”, mas ao final do enunciado o autor não se refere às três línguas como “oficiais”, mas sim como “nacionais”. Esta escolha por “línguas nacionais” em detrimento de “línguas oficiais” se justifica pelo fato de o guarani não ser considerado como uma língua de trabalho no MERCOSUL, ou seja, uma língua de discussões, de tomada de decisões. Não sendo considerada língua de trabalho, os documentos serão redigidos em português ou espanhol, instala-se, portanto, uma contradição no interior do discurso da inclusão presente na Decisão 35.

É importante mencionar também que a língua nacional, conforme Guimarães (2007), está ligada à identidade de seus falantes, é a que dá a eles uma relação de pertencimento a um povo, enquanto que a língua oficial é aquela que é a língua do estado, que é obrigatória nas ações formais deste. Neste caso, o uso de “nacional” em detrimento de “oficial” poderia ainda se pautar por essa reflexão. Nesse sentido, a escolha por “nacionais” não “desoficializaria” as línguas, apenas as aproximariam de seus falantes, sem deixar de ressaltar que o espaço de circulação do Mercosul não é mais bilíngue, agora, é trilingue oficialmente, “em trato e contrato”.

Em (2), ao enunciar que o dicionário nos leva a “um ponto de convergência e reciprocidade” o autor coloca as três línguas em igualdade de status, pois parece dirigir-se aos falantes das línguas, dizendo que todos caminham na mesma direção, mantendo uma relação mútua de correspondência, isto é, sendo a relação entre falantes e línguas indissociável, isso nos sugere

que uma língua não é melhor que a outra (como de fato não o são) e que um sujeito não é “melhor” porque fala esta ou aquela língua. Dessa forma, guarani, espanhol e português estão num patamar de igualdade.

No terceiro fragmento (3), o autor destaca que a língua guarani hoje, diferentemente de antes, está conquistando e ampliando seu espaço de circulação. Percebe-se que o autor utiliza palavras que remetem ao contexto informal, coloquial, íntimo, como por exemplo, “casa”, “praça”, “jogo”, mas também utiliza palavras que remetem ao contexto da formalidade, como “escritório”, “política”. Isso nos faz crer que o guarani está deixando de ser uma língua que remete meramente ao rural, ao folclórico, ao íntimo e informal, subentende-se que a língua está conquistando novos espaços de circulação, ultrapassando velhos estigmas.

Nos três fragmentos vistos até então, marca-se a atitude de mostrar que o guarani está, hoje em dia, deixando de ser uma língua considerada de origem “selvagem” e “indesejável”, Melià volta-se ao guarani tratando-o com reconhecimento e igualdade em relação às línguas portuguesa e espanhola, todavia, é importante frisar que, em (3), o autor utiliza o verbo “aspirar”, ou seja, o guarani, aspira ser uma língua de atuação em diferentes contextos, da casa ao escritório, porém ainda não o é, embora, no dicionário, ela seja tratada em igualdade de status em relação ao português e ao espanhol.

Nos próximos trechos observam-se as demais atitudes destacadas, o reconhecimento à cultura e ao povo guarani, bem como o reconhecimento do pertencimento da terra a este povo e a afirmação de ser o dicionário um dos primeiros do gênero.

4- (...) A base cultural deste Mercosul é a nação Guarani- temos que reconhecer com uma língua que serviu a milhões de falantes que nela disseram sua vida e fizeram sua história. A história do Mercosul não pode prescindir desta realidade. (Melià, 2011, p. xv)

5- (...) Copiar dicionários não é o mesmo que fazer dicionários. O dicionário não é uma lista de palavras, mas sim uma sucessão viva de situações de vida que as palavras significam (...) (Melià, 2011, p. xv)

6- (...) Esperamos que este dicionário, um dos primeiros do gênero, contribua para a concórdia e o entendimento de povos que se estabeleceram e fazem história neste solo guarani sem fronteiras. (Melià, 2011, p. xvii)

Sabe-se historicamente que, antes da chegada dos colonizadores, esta terra, que hoje se une “sob a égide da expressão Mercosul”, como enuncia o autor do prefácio, era habitada por povos indígenas, entre eles os guaranis, uma das etnias mais representativas da América do Sul. De acordo com Mariani (2007), ao chegarem, esses colonizadores davam início a uma política de colonização linguística, ou seja, buscavam promover e disseminar a língua colonizadora, com o objetivo de limitar e silenciar as línguas colonizadas.

Para a autora, a imposição da língua do colonizador também é uma forma de fixar a história com o sentido desta língua, isto é, é a visão do colonizador sobre a colonização. No Paraguai, a língua colonizada, o guarani, se manteve, porém, como já mencionamos, com seu espaço limitado.

Assim, em (4), Melià atribui o devido reconhecimento à cultura e ao povo guarani, a quem, de fato, pertenciam estas terras. Fato ignorado na história contada pelo colonizador. A mesma ideia é reiterada em (6), quando o autor se refere aos “povos que se estabeleceram e fazem história neste solo guarani sem fronteiras”.

Em (5), o autor fala a respeito do “fazer” de um dicionário e do próprio sentido que se atribui a este instrumento linguístico, destacando que “copiar” não é o mesmo que “fazer” e que o dicionário não é “uma lista de palavras”. O “copiar”, neste contexto, sugere algo que já foi feito e que não apresenta nada de novo e autêntico. O Dicionário Trilíngue do Mercosul, não é, portanto, uma cópia de outros dicionários, é algo autêntico e inovador, um dos primeiros do gênero, como aparece em (6), é um objeto que inaugura um novo gesto de produção de conhecimento linguístico.

5. Considerações Finais

A partir da Decisão 35/2006, tomada pelo Conselho do Mercado Comum do Sul, a língua guarani passa a fazer parte do espaço de enunciação do MERCOSUL como uma das línguas oficiais do bloco, ou seja, o MERCOSUL deixa de ser bilíngue, para ser trilíngue. Obviamente tomar esta classificação como absoluta é afirmar que no espaço enunciativo do MERCOSUL somente são faladas três línguas, quando, na verdade, tal afirmação não procede.

Conforme Guimarães (2001), quando se fala no espaço enunciativo do MERCOSUL não se pode simplesmente considerar a língua portuguesa falada no Brasil, a língua espanhola falada nos países latino-americanos e, mais recentemente o guarani. Para o autor, este espaço também é marcado pela presença de outras línguas em funcionamento, as inúmeras outras línguas indígenas faladas no Brasil e nos outros países latino-americanos, as línguas de fronteira, as línguas de imigração, etc.

O Mercosul é, em realidade, um espaço heterogêneo e multilíngue. Legitimar o guarani, como língua oficial, pode representar, quem sabe, um caminho para o reconhecimento desta heterogeneidade. Mas pensando, agora, no que isso representa para a língua guarani, tal reconhecimento abre espaço para não se pensar mais nela somente como língua da informalidade, do rural, do folclórico. Sem dúvida, não é tarefa simples, como aponta ALCALÁ-RODRÍGUEZ, sobre as tentativas de tornar o guarani uma língua pública:

(...) essas tentativas apresentam-se como experiências muito localizadas e onde, como vimos, se colocam muito claramente essas restrições históricas da língua, uma vez que o espaço que o guarani ocupa é muito limitado e que a passagem para o espanhol se torna rapidamente indispensável. No que diz respeito às produções sobre a língua, o sintoma mais claro dessa restrição é o fato mencionado da inexistência de gramáticas de guarani em guarani e de dicionários monolíngues, bem como o fato de os textos didáticos serem (salvo alguma eventual exceção) escritos em espanhol. (ALCALÁ-RODRÍGUEZ, 2001, p. 06)

O Dicionário Trilíngue do Mercosul talvez se enquadre numa dessas tentativas, porém, o fato de colocar o guarani ao lado do português e do espanhol em igualdade de status, num instrumento linguístico que visa o desenvolvimento de um conhecimento na/sobre as línguas, reconhecendo que é uma língua histórica e culturalmente tão importante e valorosa quanto o português e o espanhol no espaço enunciativo do Mercosul e enfatizando o pertencimento destas terras aos povos guaranis, como foi mostrado no prefácio, tudo isso, marca um novo gesto na produção de conhecimento linguístico, um novo gesto que tenta romper com a hegemonia imposta às línguas portuguesa e espanhola.

Isso não significa que este objeto mudará a realidade da língua, no contexto do Paraguai e do Mercosul, de uma hora para a outra, mas compreende uma nova forma de olhar para a língua guarani, vislumbrando um novo “horizonte de projeção”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCALÁ-RODRÍGUEZ, Carolina. O Sentido público no espaço urbano: a questão da língua.

Relatos, HIL/UNICAMP jun., n.7, 2001. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html> Acesso dia 02/05/2013.

_____. Terminologia Sociolinguística e Nacionalismo: Análise das Análises do Estatuto da Língua Guarani no Paraguai. In: Eni P. Orlandi. (Org.). **História das Ideias Linguísticas no Brasil**. Campinas, 2001, v., p. 257-271.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

DIAS, Luis Francisco e BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e Dicionário. In GUIMARÃES, Eduardo e ZOPPI- FONTANA, Mónica (org). **A Palavra e a Frase**. SP: Pontes, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de Línguas na América Latina. **Relatos**, HIL/UNICAMP jun., n.7, 2001. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_07.html> Acesso dia 02/05/2013.

_____. **Semântica do Acontecimento**- Um Estudo Enunciativo da Designação, SP: Pontes, 2002.

_____. Enunciação e Política de Línguas no Brasil. In: **Letras**, n. 27, Jul./Dez. 2003. Santa Maria: PPGL, 2003.

_____. Política de Línguas na Linguística Brasileira- Da abertura dos cursos de

Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2007.

JIMÉNEZ, Domingo Aguilera e RODRIGUES, José Maria. **Dicionário Trilíngue do MERCOSUL**. Paraguai: Tapé Avirú, 2011.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. **Para entender o Mercosul**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MARIANI, Bethania S. C. Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização Linguística na África e no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org) **Política Linguística no Brasil**. Pontes: São Paulo, 2007.

ORLANDI, Eni, P. **As formas do silêncio- No movimento dos sentidos**. SP: Editora da UNICAMP, 2007.